



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

**PREGÃO ELETRÔNICO
27/2026**

**CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS - RO**

**OBJETO
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MOBILIÁRIO
ELETRÔNICO E ELETRODOMÉSTICO)**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 62.425,07 (SESSENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E VINTE E
CINCO REAIS E SETE CENTAVOS)**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 25/05/2026 às 10:00 h (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA:
ABERTO**

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

**COM PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO LOCAL /
REGIONAL**

**PREGOEIRA DESIGNADA
VERÔNICA DA SILVA APOLINARIO**

**EQUIPE DE APOIO DO PREGÃO - INTERINA
CLEONICE PONCIANA FERREIRA**





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	8
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8.	DA RELAÇÃO CONTRATUAL.....	16
9.	DOS RECURSOS.....	16
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
11.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

EDITAL

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

(Processo Administrativo n.º 196-2026/GAB)

ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/EQUIPARADAS
COM PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO LOCAL/REGIONAL

Torna-se público que Prefeitura Municipal de Buritis, estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Licitações e Contratações, sediada na Rua São Lucas, 2476, setor 06, CEP 76.880-000, na cidade de Buritis, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Material Permanente (Mobiliário, Eletrônico e Eletrodoméstico)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por **ITEM**, conforme tabela constante no **ANEXO III** - Estimativa de custos - Relação de itens.

1.3. *A descrição do item objeto desta licitação para elaboração das propostas constam neste edital (termo de referência e relação de itens) e não devem ser confundidas com a descrição genérica constante no sistema LICITANET, pois a descrição do sistema é genérica.*

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Portal Licitanet: (<http://www.licitanet.com.br/>).

2.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

2.2.1 Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação e estiverem devidamente credenciados no site www.licitanet.com.br;

2.3 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de um cadastro prévio, adquirindo login e senhas pessoais (intransferíveis), obtidas junto a LICITANET.

2.4 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observados data e horário limite estabelecidos.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

2.5 O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos disponíveis na plataforma de execução: www.licitanet.com.br.

2.6 O referido pagamento/remuneração possui amparo legal no inciso III do art. 175 parágrafo § 1º da Lei nº 14.133/21.

2.7 O licitante poderá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, para inscrição e cadastramento da proposta inicial de preços.

2.8 A LICITANET atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Buritis.

2.9 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Licitanet até à data prevista para recebimento das propostas.

2.10 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.11 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.12 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.13 Para **todos Itens**, a participação é **exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.13.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.14 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006, Decreto n.º 8.538 de 2015 e Lei Ordinária Municipal nº 2.176 de 25 de abril de 2025.

2.15 Não poderão disputar esta licitação:

2.15.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.15.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.15.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.15.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.15.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.15.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.15.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.15.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.15.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.15.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata de registro de preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16 O impedimento de que trata o item 2.15.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.17 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.15.2 e 2.15.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata de registro de preços, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.18 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.19 O disposto nos itens 2.15.2 e 2.15.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.20 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

2.21 A vedação de que trata o item 2.15.82.15.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital – menor preço por item, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4.1 no item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1 a aplicação do intervalo mínimo de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.9.1 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.2 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2.1 valor unitário e total do item;

4.2.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

4.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução da contratação.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.2 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

5.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

5.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.9 O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.10 O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de cinco décimos por cento (0,5%)**.

5.11 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.12 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado - **aberto**.

5.13 Para a presente licitação será adotado o modo de disputa “aberto”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.13.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19 Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.20.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

5.20.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2 empresas brasileiras;

5.20.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21 DO TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO

5.21.1 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará e informará os fornecedores cujas propostas estejam dentro da margem de 10% em relação à melhor oferta, para fins de aplicação das disposições da Lei Municipal nº 2.176, de 25 de abril de 2025, nos seguintes critérios:

5.21.2 Nesse caso, a adjudicação será feita em favor da empresa sediada local ou regionalmente, conforme critérios estabelecidos abaixo.

5.21.3 Considera-se LOCAL o Município de Buritis e REGIONAL, de acordo com a Lei Municipal nº 2.176 de 25 de Abril de 2025 as empresas sediadas nos municípios de Ariquemes, Cacaulândia, Monte Negro, Campo Novo de Rondônia, Rio Crespo, Machadinho D'Oeste, Cujubim e Alto Paraíso, popularmente conhecida como Região do Vale do Jamari.

5.21.4 A preferência nesta contratação será dada, em primeiro lugar, às empresas localizadas no município de Buritis – RO na ordem de classificação. Caso não existam empresas locais aptas para atender às necessidades da convocação, a prioridade será para as empresas da região do Vale do Jamari.

5.21.5 Será aplicada o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais (pessoas físicas), microempreendedores individuais (MEI) e sociedades cooperativas de consumo;

5.21.6 O Tratamento favorecido, diferenciado e simplificado, está devidamente regulamentado na **Lei Municipal nº 2.176 de 25 de Abril de 2025**.

5.21.7 Após o encerramento da aplicação da lei de preferência a pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta, (**Anexo I - Modelo da Proposta**), adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.8 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6 DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.15 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, para o CNPJ e CPF do sócio majoritário;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.1. As certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CNPJs, serão substituídas pela **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU** (**Certidões Administração Pública Federal** (tcu.gov.br)). Além da consulta ao SICAF e TCU CONSOLIDADA, será consultado também o **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP** – da Controladoria Geral do Estado de Rondônia no seguinte sítio eletrônico: <https://transparencia.ro.gov.br/>.

6.1.2. Serão realizadas consultas do CPF do sócio majoritário, além do SICAF, nos seguintes sítios eletrônicos: **CNJ** – Conselho Nacional de Justiça <https://www.cnj.jus.br/>, no **TCU** – Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/>, e para as certidões dos itens b) e c) acima, referentes aos CPFs, será realizada consulta ao sítio da **CGU** – Controladoria Geral da União <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, A PREGOEIRA diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício.

6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a PREGOEIRA examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

- 6.7.1 conter vícios insanáveis;
- 6.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
 - 6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1 Os documentos previstos no **ANEXO II DESTE EDITAL (CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO)**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados via sistema eletrônico (Licitanet) podendo ser assinado digitalmente (quando for o caso).

7.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5 Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6 Será verificado se o licitante declarou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8 A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.9.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.10 A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

7.10.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

7.11 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.12.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.13 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, A PREGOEIRA examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

7.15 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

8 DA RELAÇÃO CONTRATUAL

8.1 A relação contratual será regulada mediante Nota de Empenho, visto que não será necessário firmar termo de contrato devido a à natureza da aquisição que se trata de entrega imediata e integral dos produtos, conforme amparo no artigo 95 inciso II da lei 14.133/2021.

8.2 O adjudicatário deverá cumprir todas as cláusulas do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Edital.

8.3 O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.3.1 A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4 Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 encontrada. Poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>).

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6 fraudar a licitação;

10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

10.16 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: (<http://www.licitanet.com.br>) e via e-mail para o endereço: cpl@buritis.ro.gov.br.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela PREGOEIRA.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.buritis.ro.gov.br > Portal de Transparência > Licitações (<http://transparencia.buritis.ro.gov.br/portalttransparencia/licitacoes>) e **PORTAL LICITANET** (<http://www.licitanet.com.br>).

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1 ANEXO I – Modelo da Proposta;
- 12.11.2 ANEXO II – Condições para Habilitação;
- 12.11.3 ANEXO III – Estimativa de custos - Relação dos itens;
- 12.11.4 ANEXO IV – Termo de Referência;
- 12.11.4.1 Apêndice do Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar.

Buritis, 27 de abril de 2026.

Elaborado por: **Taynara Vieira Bordinhão**
Agente da Equipe de Apoio

Revisado e aprovado por: **Thiago Alves de Sousa**
Superintendente de Licitações e Contratações





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

ANEXO I DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026/SLC

PROCESSO Nº 196-2026/GABINETE

LICITANTE _____

CNPJ: _____ TEL.: _____ E-MAIL: _____

ENDEREÇO: _____

BANCO: _____ AG.: _____ C. CORRENTE: _____

Item	Especificação	Unidade De Medida	Marca / Modelo	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Valor total:

Valor total por extenso:

Prazo de validade da Proposta: _____ (_____) dias (mínimo 60 dias)

Garantia:

Obs: Ao Licitante:

Encaminhar juntamente com a proposta os dados do Responsável, incluindo: nome, CPF, data de nascimento, telefone (de preferência WhatsApp) e e-mail. Essas informações são essenciais para a formalização da ata de registro de preços e comunicação entre as partes.

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. - Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em firmar a contratação no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE
ANEXO II DO EDITAL

CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO

A habilitação das empresas vencedoras do Pregão será feita pela análise da documentação, ou da Certidão de Registro Cadastral – CRC da Prefeitura Municipal de BURITIS, ou pelo SICAF. *Caso haja alguma certidão vencida, a mesma deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo compreendido entre a divulgação do edital no sítio eletrônico e o horário limite da sessão pública, conforme descrito no preâmbulo deste edital.* Os documentos de habilitação abaixo, que não forem contemplados pelo CRC OU SICAF deverão também ser remetidos:

1. HABILITAÇÃO JURIDICA e FISCAL:

- a) **Identidade e CPF** do responsável.
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual. **Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social** em vigor e suas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.
- c) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal e INSS**. (Unificada)
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda **Estadual**.
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda **Municipal** da sede da licitante.
- f) Prova de Regularidade com o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**.
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** (Lei nº 12.440/11).
- h) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. Não será necessária a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, pois entende - se que a solicitação de atestado seja para serviços contínuos, contratações de grandes obras ou com valor expressivo, conforme se trata no Art. 67. Da Lei nº 14.133/21; o que não é o caso desta aquisição, que se trata de produtos usualmente comercializados, com itens de baixo valor e levando em conta ser uma licitação com critério de julgamento por item, podendo cada item ser ofertado por empresa diferente.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 **Certidão negativa de Falência ou Recuperação Financeira** expedida pelo site do Tribunal de Justiça da sede do licitante, conforme inciso II, do art. 69, da Lei nº 14.133/21.

Admitir-se-á à licitante em Recuperação Financeira a apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente pela ação judicial, ou seja, onde tramita o processo, que





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

comprove que está economicamente apta para participar de procedimentos licitatórios, nos termos da Lei n.11.101/2005, e Acórdão do TCU 1201/2020 Plenário;

Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

Não serão aceitos, protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos exigidos no edital.

Os documentos anexados serão considerados originais para os efeitos legais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis. O uso de *documento falso* para fraudar o caráter competitivo de uma *licitação* está previsto no tipo penal do artigo 337 da Lei das *Licitações*, a Lei 14.133/21.

Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos nos últimos 90 (noventa) dias.

Reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

A aceitação das certidões exigidas está condicionada à verificação de sua autenticidade e validade na internet nos sites: www.receita.fazenda.gov.br, www.sefin.ro.gov.br, www.previdenciasocial.gov.br, www.caixa.gov.br, www.tj.ro.gov.br e www.tst.jus.br, respectivamente. Em se tratando de empresas licitantes com sede em outro município ou Unidade da Federação, tal procedimento será realizado no site pertinente expresso na Certidão apresentada pela empresa.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

ANEXO III DO EDITAL

ESTIMATIVA DE CUSTOS

(Relação de itens)

**ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS
COM PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO NO ÂMBITO LOCAL / REGIONAL**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1.	TELEVISOR SMART TV 65 POLEGADAS Resolução da Tela: Ultra HD (4K) com no mínimo 3840 x 2160 pixels. Processador: Integrado, compatível com reprodução de conteúdo em 4K, com capacidade de processamento para aplicativos de streaming e navegação. Conexão Wi-Fi integrada Conexão Bluetooth integrada (versão 4.0 ou superior); Entradas e Saídas (mínimo): 3 portas HDMI; 1 (uma) porta USB; Áudio e Vídeo: Alto- falantes integrados com potência mínima de 10W RMS Controle Remoto: Incluso, com alimentação por pilhas ou bateria. Eficiência Energética: Classificação "A" segundo Inmetro ou órgão equivalente. Alimentação elétrica: Tensão compatível com 110V ~	480903 (genérico)	UND	2	R\$ 4.832,52	R\$ 9.665,43





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

	127V ou bivolt automático. Garantia: Mínima de 12 (doze) meses, assegurada pelo fabricante. Idioma do Sistema Operacional: Deve permitir seleção em português (Brasil).					
2.	FRIGOBAR – com as seguintes especificações mínimas: moderno e compacto, na cor branca, 110V, consumo de energia elétrica A, potência média mínima de 64W, capacidade mínima de 117L. Espaço de armazenamento interno com prateleiras e porta latas modulares, bandeja de degelo aproveitável, gaveta porta frutas/verduras/legumes, sistema de controle de temperatura por botão de ajuste (alta, média e baixa). Medidas mínimas: 86cm x 48 x 51 (A x L x P). Garantia de no mínimo 12 (doze) meses pelo fornecedor.	431266 (genérico)	UND.	02	R\$ 1.515,86	R\$ 3.031,72
3.	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE ESPECIFICAÇÕES: estrutura reforçada que proporciona maior durabilidade e resistência, base giratória em metal cromado, assento e encosto revestido em couro de alta qualidade na cor preta (com costura	381472 (genérico)	UND	04	R\$ 1.764,00	R\$ 7.056,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

	reforça).Confeccionada em espuma laminada de alta densidade com revestimento de alta qualidade na cor preta (com costura reforço no assento e encosto). Pistão a gás, para regulagem de altura do assento, altura e inclinação do encosto. Encosto com corte ergonômico cervical que possibilite inclinar o assento junto com o encosto. Assento anatômico para carga de no mínimo 120 kg, com 05 rodízios em Pp - assento e encosto (modelo presidente) laminada em espuma injetada, molas ensacadas e pistão a gás. Medidas aproximadas - Encosto: Largura: 50cm, Altura: 69cm, Altura máxima/mínima até o chão: 120cm/110cm. Assento: Profundidade: 50cm, Largura: 53cm, Altura máxima/mínima até o chão: 60cm/53cm. Braços Comprimento: 51cm, Largura: 7cm, Altura máxima/mínima até o chão: 79cm/71cm. Base Estrela com 70cm de diâmetro. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses pelo fornecedor. (montagem em Buritis).					
4.	POLTRONA MODELO CALIFÓRNIA , com base giratória, tecido suede na cor em tom cinza	10981 (genérico)	UND	04	R\$ 902,40	R\$ 3.609,61





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

	ESPECIFICAÇÕES:. Dimensões da Poltrona mínimas: Poltrona (Altura x Largura x Profundidade): 0,80 x 0,95 x 0,85 cm. Tecido: Veludo no tom cinza Material da Estrutura: Madeira Eucalipto. Densidade da Espuma: Assento em espuma densidade D- 33. Cor dos Pés: Castanho Peso mínimo Suportado: 130 kg; Tipo de Encosto: Estofado; Tipo de Assento: Estofado; Quantidade de Lugares: 01 Lugar; Base giratória (montagem em Buritis).					
5.	POLTRONA MODELO STELLA com base giratória cromada tecido corano na cor preta. ESPECIFICAÇÕES:. Dimensões da Poltrona mínimas: Altura total:81 cm Largura total:69 cm Profundidade total:60 cm Altura do encosto:40 cm Largura do assento:45 cm Profundidade do assento:45 cm Altura do chão ao assento:45 cm Espessura do assento:15 cm Tamanho dos pés:30 cm Altura do chão ao braço:70 cm Altura interna do braço:28 cm Espessura do braço:7 cm Peso:20 kg Especificações do Produto Estrutura:Madeira Eucalipto Espuma:D-23 Tecido:Corano	10981 (genérico)	UND	04	R\$ 876,91	R\$ 3.507,63





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

	Cor: Preto Tipo de pés: Base Giratória Cromada Peso mínimo suportado: 120 Kg (montagem em Buritis).					
6.	MAQUINA DE CAFÉ Especificações: - 4 opções de bebidas; - 2 reservatórios de insumos solúveis; - Abastecimento do tanque interno de água de 3l; - Botão de água quente independente; - Potência: 1500w; - Voltagem: 220V; - Peso: 13,8 KG. - Garantia : 12 meses - Água quente Individual: Sim;	622250 (genérico)	UND	01	R\$ 11.423,00	R\$ 11.423,00
7.	WEBCAM FULL HD para realização de stream (transmissões on-line) plug and play, recomendada para dispositivo Desktop PC e Notebook. Resolução de vídeo 1080 p ou superior, resolução de imagem de câmera mínima de 3mpx, microfone incluso, interface USB-A 2.0 ou superior, funções de auto foco, microfone com cancelamento de ruído, correção de luz, luz indicadora de funcionamento adequado para vídeo conferências, que suporte sistema operacionais Chrome, OS, Windows 8 ou superior, macOS 10.10 ou superior, Tipo de lente de vidro, Zoom mínimo de 1.2x,	14650 (genérico)	UND	02	R\$ 176,24	R\$ 352,42





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

	com acessórios incluídos tripé e guia do usuário. Com garantia mínima de 12 meses					
8.	MESA DE CENTRO Especificações: Cor:madeira Tampo de mesa em MDF com suporte de até 15 kg espessura ,cor nogal. Com 2 nichos com suporte mínimos de até 5kg cada. Medidas mínimas: Mesa Maior Altura: 40 cm Largura:95 cm Profundidade:59cm Garantia :12 meses (montagem em Buritis)	633300 (genérico)	UND	01	R\$ 550,27	R\$ 550,27
9.	POLTRONA DECORATIVA RECEPÇÃO corino preto e braços de alumínio Especificações Poltrona decorativa de corino preto e braços de alumínio Medidas mínimas de Altura:80cm Largura:80cm Profundidade:70cm Medidas mínimas do Assento Profundidade:45 cm Comprimento:50 cm Medidas do Encosto Profundidade:48cm Comprimento:50cm Material Estrutura: Eucalipto Braços:Alumínio/inox Espuma de Assento:D-28 Peso Suportado:Mínimo de 150kg, Garantia de 12 meses	10981 (genérico)	UND	09	R\$ 416,70	R\$ 3.750,23
10.	CADEIRA EXECUTIVA PARA					





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

ESCRITORIO	607778 (genérico)	UND	13	R\$ 766,98	R\$ 9.970,80
<p>Especificações mínimas: Cadeira giratória de escritório com regulagem de altura através de pistão a gás. Assento: Estofado, confeccionado em tecido ou courino de alta resistência, com espuma injetada ou de densidade mínima D-33, bordas arredondadas e acabamento sem rebarbas; Costuras reforçadas. Encosto: Em tela (mesh) respirável ou material equivalente, com leve curvatura anatômica e apoio lombar fixo integrado à estrutura do encosto; Braços: Fixos, confeccionados em material resistente (polipropileno, nylon ou equivalente), com design anatômico; Base: Giratória em material aço inox, com no mínimo de 5 hastes. Pés com 5 rodízios, roldanas em aço inox. Rodízios: Móveis, de duplo giro, confeccionados em nylon ou poliuretano, adequados a pisos frios ou revestidos; Sistema de elevação: Pistão em aço inox, a gás, com acionamento por alavanca, permitindo regulagem de altura; Capacidade de carga: Peso mínimo suportado 120 kg; Medidas mínimas da Cadeira: Profundidade total: 51 cm</p>					





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

	Profundidade assento:41cm Largura Total:66cm Largura do assento:49cm Altura máxima até o chão:91cm Altura mínima até o chão:84 cm Altura do assento até o chão:mínima 40,50cm e maxima 46 cm Garantia de 12 meses.					
11.	MESA DE REUNIÃO COM 12 LUGARES Especificações: Material: Fibra de Média Densidade MDF com espessura de 15mm nas caixarias, frentes e tamponamentos e 6mm nos fundos; Cor das frentes, painéis e tamponamentos: Cor nogal e preto. Pés material MDF com sapatas niveladoras niquelada injetadas com parafuso de aço e bucha. Eletrificação: 02 (duas) Caixa com tomada de alumínio pintado com tomada elétrica e tampa de acesso,localizadas no centro do tampo da mesa ,próximas as cabeceiras da mesa. Bandeja para fiação metálica para passagem de cabos.Ferragens: Dobradiças com amortecimento Puxador: Cava no MDF Mesa de reunião com medidas mínimas de : 3,6 x 1,5 x 0,78 m (C x L x A) Com 02 módulos com 02	346525 (genérico)	UND.	01	R\$ 9.508,37	R\$ 9.508,37





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

portas com as medidas mínimas de : 0,7 x 0,5 x 0,72 m (C x L x A), Garantia de 12 meses					
---	--	--	--	--	--

Atenção: Para preenchimento da **Proposta (Anexo I)** deve-se seguir estritamente esta ordem, numeração e descrição dos itens, facultando ao licitante participar **apenas dos itens** de seu interesse.

O valor total estimado deste certame é de **R\$ 62.425,07 (sessenta e dois mil reais quatrocentos e vinte e cinco reais e sete centavos)**

1 **INFORMAÇÕES GERAIS**

1.1 Os interessados podem apresentar proposta para o **ITEM** de seu interesse, individualmente, respeitado o critério de julgamento.

1.2 O item será analisado pelo valor unitário. Se o item tiver seu valor superior ao valor estimado pela administração, deverá ser retificado ou será desclassificado.

1.3 Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS
LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 196-2026/GABINETE

ANEXO IV DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE DO ANEXO IV
Estudo Técnico Preliminar – ETP





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE REFERÊNCIA

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
Lei Federal Complementar nº 123/2006 e 147/2014;
Lei Municipal nº 2.176, de 25 de abril de 2025;
Decreto Municipal nº 13.509/2023

Processo Administrativo nº 196.04.01-2026

Categoria: Bens Móveis

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21- art. 6º inciso XXIII alínea a).

1.1. Aquisição de Material Permanente (Mobiliário, Eletrônico e Eletrodoméstico), para atender o Gabinete do Prefeito, pertencente a Prefeitura Municipal de Buritis nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDA DE	CATMAT	QUA NT.	Valor Unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01	TELEVISOR SMART TV 65 POLEGADAS Resolução da Tela: Ultra HD (4K) com no mínimo 3840 x 2160 pixels. Processador: Integrado, compatível com reprodução de conteúdo em 4K, com capacidade de processamento para aplicativos de streaming e navegação. Conexão Wi-Fi integrada	UND	480903 (genérico)	02	R\$4.832,52	R\$9.665,043





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

	Conexão Bluetooth integrada (versão 4.0 ou superior); Entradas e Saídas (mínimo): 3 portas HDMI; 1 (uma) porta USB; Áudio e Vídeo: Alto-falantes integrados com potência mínima de 10W RMS Controle Remoto: Incluso, com alimentação por pilhas ou bateria. Eficiência Energética: Classificação "A" segundo Inmetro ou órgão equivalente. Alimentação elétrica: Tensão compatível com 110V ~ 127V ou bivolt automático. Garantia: Mínima de 12 (doze) meses, assegurada pelo fabricante. Idioma do Sistema Operacional: Deve permitir seleção em português (Brasil).					
02	FRIGOBAR –com as seguintes especificações mínimas: moderno e				R\$1.515,86	R\$3.031,72





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

	compacto, na cor branca, 110V, consumo de energia elétrica A, potência média mínima de 64W, capacidade mínima de 117L. Espaço de armazenamento interno com prateleiras e porta latas modulares, bandeja de degelo aproveitável, gaveta porta frutas/verduras/legumes, sistema de controle de temperatura por botão de ajuste (alta, média e baixa). Medidas mínimas: 86cm x 48 x 51 (A x L x P). Garantia de no mínimo 12 (doze) meses pelo fornecedor.	UND		02		
			431266 (genérico)			
03	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE ESPECIFICAÇÕES: estrutura reforçada que proporciona maior durabilidade e resistência, base giratória em metal cromado, assento e encosto revestido em couro de alta qualidade na cor preta (com				R\$1.764,00	R\$7.056,00





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

costura reforça).Confeccionada em espuma laminada de alta densidade com revestimento de alta qualidade na cor preta (com costura reforço no assento e encosto). Pistão a gás, para regulação de altura do assento, altura e inclinação do encosto. Encosto com corte ergonômico cervical que possibilite inclinar o assento junto com o encosto. Assento anatômico para carga de no mínimo 120 kg, com 05 rodízios em Pp - assento e encosto (modelo presidente) laminada em espuma injetada, molas ensacadas e pistão a gás. Medidas aproximadas - Encosto: Largura: 50cm, Altura: 69cm, Altura máxima/mínima até o chão: 120cm/110cm. Assento: Profundidade: 50cm, Largura: 53cm, Altura máxima/mínima	UND	381472 (genérico)	04		
--	-----	----------------------	----	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

	até o chão: 60cm/53cm. Braços Comprimento: 51cm, Largura: 7cm, Altura máxima/ mínima até o chão: 79cm/71cm. Base Estrela com 70cm de diâmetro. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses pelo fornecedor. (montagem em Buritis).					
04	POLTRONA MODELO CALIFÓRNIA, com base giratória, tecido suede na cor em tom cinza ESPECIFICAÇÕES:. Dimensões da Poltrona mínimas: Poltrona (Altura x Largura x Profundidade): 0,80 x 0,95 x 0,85 cm. Tecido: Veludo no tom cinza Material da Estrutura: Madeira Eucalipto. Densidade da Espuma: Assento em espuma densidade D- 33. Cor dos Pés: Castanho Peso mínimo Suportado: 130 kg;	UND	10981 (genérico)	04	R\$902,40	R\$3.609,61





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

	Tipo de Encosto: Estofado; Tipo de Assento: Estofado; Quantidade de Lugares: 01 Lugar; Base giratória (montagem em Buritis).					
05	POLTRONA MODELO STELLA com base giratória cromada tecido corano na cor preta. ESPECIFICAÇÕES:. Dimensões da Poltrona mínimas: Altura total:81 cm Largura total:69 cm Profundidade total:60 cm Altura do encosto:40 cm Largura do assento:45 cm Profundidade do assento:45 cm Altura do chão ao assento:45 cm Espessura do assento:15 cm Tamanho dos pés:30 cm Altura do chão ao braço:70 cm Altura interna do braço:28 cm Espessura do braço:7 cm Peso:20 kg	UND	10981 (genérico)	04	R\$876,91	R\$3.507,63





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

	Especificações do Produto Estrutura:Madeira Eucalipto Espuma:D-23 Tecido:Corano Cor:Preto Tipo de pés:Base Giratória Cromada Peso mínimo suportado:120 Kg (montagem em Buritis)					
06	MAQUINA DE CAFÉ Especificações: -4 opções de bebidas; -2 reservatórios de insumos solúveis; - Abastecimento do tanque interno de água de 3l; -Botão de água quente independente; -Potência:1500w; -Voltagem:220V; -Peso:13,8 KG. -Garantia :12 meses - Água quente Individual:Sim;	UND	622250 (genérico)	01	R\$11.423,00	R\$11.423,00
07	WEBCAM FULL HD para realização de stream (transmissões on-line) plug				R\$176,24	R\$352,48





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

and play, recomendada para dispositivo Desktop PC e Notebook. Resolução de vídeo 1080 p ou superior, resolução de imagem de câmera mínima de 3mpx, microfone incluso, interface USB-A 2.0 ou superior, funções de auto foco, microfone com cancelamento de ruído, correção de luz, luz indicadora de funcionamento adequado para vídeo conferências, que suporte sistema operacionais Chrome, OS, Windows 8 ou superior, macOS 10.10 ou superior, Tipo de lente de vidro, Zoom mínimo de 1.2x, com acessórios incluídos tripé e guia do usuário. Com garantia mínima de 12 meses	UND	14650 (genérico)	02		
---	-----	---------------------	----	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

08	MESA DE CENTRO Especificações: Cor:madeira Tampo de mesa em MDF com suporte de até 15 kg espessura ,cor nogal. Com 2 nichos com suporte mínimos de até 5kg cada. Medidas mínimas: Mesa Maior Altura: 40 cm Largura:95 cm Profundidade:59cm Garantia :12 meses (montagem em Buritis)	UND	633300 (genérico)	01	R\$550,27	R\$550,27
09	POLTRONA DECORATIVA RECEPÇÃO corino preto e braços de alumínio Especificações Poltrona decorativa de corino preto e braços de alumínio Medidas mínimas de Altura:80cm Largura:80cm Profundidade:70cm Medidas mínimas do Assento Profundidade:45 cm Comprimento:50 cm Medidas do Encosto	UND	10981 (genérico)	09	R\$416,70	R\$3.750,23





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

	Profundidade:48cm Comprimento:50cm Material Estrutura: Eucalipto Braços:Alumínio/inox Espuma de Assento:D-28 Peso Suportado:Mínimo de 150kg, Garantia de 12 meses					
10	CADEIRA EXECUTIVA PARA ESCRITÓRIO Especificações mínimas: Cadeira giratória de escritório com regulagem de altura através de pistão a gás. Assento: Estofado, confeccionado em tecido ou couro de alta resistência, com espuma injetada ou de densidade mínima D-33, bordas arredondadas e acabamento sem rebarbas; Costuras reforçadas.	UND	607778 (genérico)	13	R\$766,98	R\$9.970,80





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

<p>Encosto: Em tela (mesh) respirável ou material equivalente, com leve curvatura anatômica e apoio lombar fixo integrado à estrutura do encosto;</p> <p>Braços: Fixos, confeccionados em material resistente (polipropileno, nylon ou equivalente), com design anatômico;</p> <p>Base: Giratória em material aço inox, com no mínimo de 5 hastes.</p> <p>Pés com 5 rodízios, roldanas em aço inox. Rodízios: Móveis, de duplo giro, confeccionados em nylon ou poliuretano, adequados a pisos frios ou revestidos;</p> <p>Sistema de elevação: Pistão em aço inox, a gás, com acionamento por alavanca, permitindo regulagem de altura;</p> <p>Capacidade de carga: Peso mínimo suportado 120 kg;</p> <p>Medidas mínimas da Cadeira:</p>					
---	--	--	--	--	--





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

	Profundidade total:51 cm Profundidade assento:41cm Largura Total:66cm Largura do assento:49cm Altura máxima até o chão:91cm Altura mínima até o chão:84 cm Altura do assento até o chão:mínima 40,50cm e máxima 46 cm Garantia de 12 meses					
11	MESA DE REUNIÃO COM 12 LUGARES Especificações: Material: Fibra de Média Densidade MDF com espessura de 15mm nas caixarias, frentes e tamponamentos e 6mm nos fundos; Cor das frentes, painéis e tamponamentos: Cor nogal e preto. Pés material MDF com sapatas niveladoras	UND	346525 (genérico)	01	R\$9.508,37	R\$9.508,37





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

niquelada injetadas com parafuso de aço e bucha. Eletrificação: 02 (duas) Caixa com tomada de alumínio pintado com tomada elétrica e tampa de acesso,localizadas no centro do tampo da mesa ,próximas as cabeceiras da mesa. Bandeja para fiação metálica para passagem de cabos.Ferragens: Dobradiças com amortecimento Puxador: Cava no MDF Mesa de reunião com medidas mínimas de : 3,6 x 1,5 x 0,78 m (C x L x A) Com 02 módulos com 02 portas com as medidas mínimas de : 0,7 x 0,5 x 0,72 m (C x L x A), Garantia de 12 meses					
VALOR TOTAL				R\$62.425,07	

1.2. No que se refere ao objeto desta aquisição, é caracterizado como bem comum conforme a Art. 6º da lei 14.133 /21 que diz: XIII-Bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 13.509/2023.

1.4. O prazo de vigência da aquisição dar-se-á até o encerramento das obrigações de ambas as partes, entrega dos produtos e o pagamento da despesa.

1.5. As especificações dos itens estão parcialmente em conformidade com a descrição do COMPRASGOV, não foram encontradas descrições dos itens idênticos, sendo utilizada a mais aproximada ao objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

(Lei 14.133/21 art. 6º inciso XXIII alínea b)

2.1. A aquisição dos móveis e eletrodomésticos se faz necessária em razão da construção de um novo prédio público, o qual requer a devida ambientação e estruturação física adequada para pleno funcionamento. A instalação do novo mobiliário visa atender às exigências de funcionalidade, organização e ergonomia no espaço físico destinado ao Gabinete do Prefeito.

2.2. Com a adequação do ambiente por meio de móveis planejados e compatíveis com as novas instalações, será possível promover a otimização do espaço disponível, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores, bem como um atendimento mais confortável, eficiente e humanizado à população que busca os serviços da Administração Municipal.

2.3. A aquisição do televisor e da webcam tem como finalidade principal atender às demandas de comunicação e integração institucional por meio da realização de reuniões por videoconferência, cada vez mais frequentes na administração pública contemporânea. O televisor será utilizado como recurso audiovisual para a exibição de conteúdos em tempo real durante as videoconferências, permitindo melhor visualização das informações compartilhadas, apresentações, documentos e imagens, facilitando a tomada de decisões e a interação entre os participantes.

2.4. Além de proporcionar economia de tempo e recursos com deslocamentos, o uso desses equipamentos fortalece a modernização da gestão, promove maior agilidade nos processos administrativos e permite uma comunicação mais dinâmica e acessível, contribuindo significativamente para a eficiência e transparência das ações governamentais.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

- 2.5. Já a webcam garantirá a captação de imagem com qualidade adequada, possibilitando a participação ativa e representantes do Gabinete do Prefeito em reuniões com outras esferas do governo, órgãos públicos, entidades parceiras e demais interlocutores, mesmo que estejam geograficamente distantes.
- 2.6. As Cadeiras Giratórias Presidente, com Braço Regulável e Operativa Plus: A aquisição dessa cadeira visa a melhoria da ergonomia e conforto para o servidor que atuará em posições de trabalho prolongadas, especialmente em atividades que exigem concentração e alta carga cognitiva. O que acarretar a solução de um problema específico que é a melhoria das condições.
- 2.7. A aquisição de uma máquina de café destinada ao Gabinete do Prefeito justifica-se pela necessidade de oferecer condições adequadas para o atendimento das demandas institucionais e administrativas da Prefeitura Municipal.
- 2.8. O Gabinete é local de constante recepção de autoridades, servidores, representantes da sociedade civil organizada, empresários, lideranças comunitárias e cidadãos que tratam de assuntos de interesse público. Nesses encontros, a disponibilização de café e bebidas quentes é prática usual de hospitalidade, contribuindo para criar um ambiente mais acolhedor, cordial e favorável ao diálogo, fortalecendo a imagem institucional da Administração Municipal.
- 2.9. Os demais móveis e eletrodomésticos solicitados — como poltronas, frigobar têm como finalidade proporcionar maior conforto e funcionalidade ao ambiente do gabinete. Esses itens serão utilizados para melhor atender autoridades, servidores públicos e a própria população que eventualmente participem de reuniões, atendimentos, audiências ou demais atividades oficiais no local.
- 2.10. A presença desses equipamentos visa garantir um ambiente mais acolhedor e adequado, especialmente em situações que demandem longas permanências ou reuniões prolongadas, contribuindo assim para a melhoria das condições de trabalho e do atendimento prestado à comunidade.
- 2.11. Além disso, a aquisição contribuirá para a padronização dos ambientes administrativos, refletindo maior profissionalismo, modernização da gestão pública e valorização do serviço prestado. A iniciativa também está alinhada com as boas práticas de governança, priorizando a eficiência, a qualidade no serviço público e o bem-estar de todos os usuários do espaço.
- 2.12. O objeto desta contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme detalhamento a seguir:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

- 2.13. ID PCA no PNCP: [3.8B1.3FE];
- 2.14. Data de publicação no PNCP: [26/01/2026];
- 2.15. Item no PCA: [49];

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei 14.133/21 art. 6º, inciso XXIII alínea c)

- 3.1. A solução adotada para atendimento da necessidade administrativa consiste na aquisição de bens permanentes, compreendendo eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos e mobiliário de escritório, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento menor preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2. A opção pela aquisição mostra-se a mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, uma vez que possibilita a padronização dos bens, maior controle patrimonial, atendimento contínuo das demandas administrativas e redução de custos a médio e longo prazo, quando comparada a alternativas como locação ou aquisições pontuais sem planejamento.
- 3.4. Os itens a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas, requisitos mínimos de qualidade e desempenho, conforme definidos neste Termo de Referência, observando-se, quando aplicável, as normas da ABNT, critérios de eficiência energética, ergonomia, durabilidade e segurança.
- 3.5. No que se refere aos eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos, estes deverão possuir adequada eficiência energética, compatibilidade com os espaços disponíveis e funcionalidades que atendam às necessidades operacionais da Administração, contribuindo para a redução do consumo de energia e dos custos operacionais ao longo do tempo.
- 3.6. Quanto ao mobiliário de escritório, deverão ser observados requisitos ergonômicos que promovam conforto, saúde e bem-estar dos servidores, tais como cadeiras ajustáveis, mesas adequadas e materiais resistentes ao uso contínuo, garantindo durabilidade e menor necessidade de substituições futuras.
- 3.7. A solução contempla, ainda, a entrega e montagem dos bens, **no local indicado pela Administração**, em perfeitas condições de uso, bem como a exigência de garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os itens, cobrindo defeitos de fabricação e falhas estruturais.
- 3.8. A empresa contratada deverá disponibilizar assistência técnica, própria ou autorizada pelo fabricante, assegurando atendimento eficiente, com técnicos qualificados, para realização de





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

reparos, substituição de peças e demais procedimentos necessários à restauração do pleno funcionamento dos bens. Quando necessário, deverá ser providenciada a substituição do item defeituoso por outro novo, do mesmo modelo ou superior, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.9. Sob o aspecto técnico e econômico, a solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, considerando o custo total de propriedade, a durabilidade dos bens, a redução de gastos com manutenção e a melhoria das condições de trabalho no ambiente administrativo, garantindo que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração.

3.10. A presente descrição da solução considera todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de planejamento, aquisição, recebimento, utilização, manutenção, garantia, assistência técnica e substituição eventual dos bens, bem como os impactos econômicos decorrentes de sua operação e durabilidade, assegurando a vantajosidade da contratação ao longo do tempo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21 - Art. 18 § 1º inciso III)

Os requisitos necessários e suficientes para a escolha da solução visando ao atendimento da demanda a ser contratada são os seguintes:

4.1. Condições de execução e fornecimento

4.1.1. Condições de entrega

4.1.1.1. Os bens deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Nota de Empenho – NE e/ou Ordem de Faturamento.

4.1.1.2. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado mediante o cumprimento, pela contratada, dos seguintes requisitos cumulativos:

- a) Solicitação de prorrogação protocolada dentro do prazo original de entrega;
- b) Comprovação documental de ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), ocorrido após a apresentação da proposta e com relação direta de causa e efeito sobre o atraso.

4.1.1.3. Não será admitida prorrogação do prazo quando:

- a) O atraso decorrer de culpa da contratada;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

- b) Não forem atendidos os requisitos previstos no item anterior; ou
c) Houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a medida mais vantajosa para a Administração.

4.1.2. Qualidade, conformidade e garantia

4.1.2.1. Os materiais adquiridos deverão atender aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelas normas técnicas aplicáveis, bem como às exigências ambientais e de sustentabilidade pertinentes.

4.1.2.2. Os produtos deverão conter suas principais especificações descritas, incluindo descrição completa, referências às normas de controle de qualidade aplicáveis e garantia mínima de 12 (doze) meses, prevalecendo a garantia de fábrica quando superior.

4.1.2.3. Os bens entregues deverão estar em plena conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta aprovada pela Administração.

4.1.2.4. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante juntamente com cada item fornecido, responsabilizando-se a contratada pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor.

4.1.2.5. A contratada será responsável por todos os prejuízos causados ao Município decorrentes de negligência, atraso ou inexecução das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades previstas na legislação vigente.

4.1.2.6. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional, quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias ou estejam em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

4.1.2.7. Os bens deverão ser novos, acondicionados em embalagens originais lacradas, em linha regular de fabricação, não sendo aceitos produtos descontinuados ou fora de produção.

4.1.2.8. Todas as despesas com frete, transporte e encargos adicionais necessários à perfeita execução do objeto correrão por conta exclusiva da contratada.

4.1.3. Da vedação à indicação de marca ou modelo

4.1.3.1. Na presente contratação não será exigida, indicada ou admitida a vinculação a marca, fabricante ou modelo específico, sendo vedada qualquer referência que restrinja o caráter competitivo do certame.

4.1.3.2. Os bens deverão atender exclusivamente às especificações técnicas, requisitos funcionais, padrões mínimos de qualidade, desempenho e sustentabilidade estabelecidos no Termo de Referência.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO**

4.1.4. Da não exigência de amostras

4.1.4.1. Não será exigida a apresentação de amostras dos bens licitados, considerando que a avaliação ocorrerá com base nas especificações técnicas e informações constantes da proposta apresentada.

4.1.4.2. A verificação da conformidade será realizada no momento do recebimento provisório e definitivo, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis em caso de desconformidade.

4.1.5. Subcontratação

4.1.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.6. Garantia da contratação

4.1.6.1. Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.1.7. Sustentabilidade

4.1.7.1. Em atendimento ao art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG e ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, poderão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE classe A, quando aplicável;
- b) Tecnologias que promovam eficiência energética, como Selo Procel;
- c) Utilização de materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- d) Observância de requisitos ambientais para certificação INMETRO;
- e) Embalagens com menor volume possível, preferencialmente recicláveis;
- f) Ausência de substâncias perigosas acima dos limites da Diretiva RoHS.

4.2. Natureza da contratação e garantia dos bens

4.2.1. A contratação não possui natureza continuada, tratando-se de aquisição de bens permanentes, com entrega única e integral.

4.2.2. Não será formalizado contrato administrativo, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo a contratação formalizada por meio de Nota de Empenho.

4.2.3. Subsistem as obrigações relativas à garantia mínima de 12 (doze) meses, contadas do recebimento definitivo.

4.2.4. As obrigações de garantia compreendem:

- a) Assistência técnica autorizada;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

- b) Correção de vícios aparentes ou ocultos;
- c) Responsabilidade pela durabilidade, segurança e conformidade técnica.
- 4.2.5. A ausência de contrato formal não afasta as obrigações legais do fornecedor.
- 4.2.6. O procedimento adotado está em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO – (Lei 14.133/21 – art. 6º inciso XXIII alínea e)

5.1. A execução do objeto ocorrerá por meio de fornecimento único e integral dos bens, iniciando-se com a emissão da Nota de Empenho, que formaliza a contratação, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.1.1 Após o recebimento da Nota de Empenho, a contratada deverá providenciar a aquisição, transporte e entrega dos bens no prazo e nas condições aqui estabelecidas, observadas integralmente as especificações técnicas, requisitos de qualidade, sustentabilidade e garantia exigidos.

Condições de Entrega

5.2. Os itens solicitados, relacionados neste Termo de Referência, deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Buritis, situado na Avenida Ayrton Senna, 2727- Setor 07 (ao lado da balança), Buritis/RO - CEP: 76.880-000 - no horário das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira.

Prazo e Forma de Entrega do Objeto

5.2.1 O prazo máximo de entrega é de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da ordem de faturamento que será encaminhada via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo da Nota de Empenho e/ou Ordem de Faturamento, em remessa única, ou seja, entrega imediata e total dos bens.

5.2.2. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento da data estipulada para a entrega, a empresa deverá comunicar as respectivas justificativas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a fim de que a solicitação de prorrogação do prazo seja devidamente analisada ressalvada as situações de caso fortuito e força maior. Considerando que a prorrogação do prazo não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

5.2.3. Os produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, sendo que na inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

Especificações da garantia (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.3. A garantia dos produtos consiste na obrigação por parte da empresa contratada em cumprir todas as determinações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

5.4. A Administração realizará o recebimento provisório para verificação da conformidade quantitativa e qualitativa dos bens e, estando em conformidade, procederá ao recebimento definitivo, momento em que se considerará encerrada a execução do objeto.

5.4.1. No caso de vícios ou de quaisquer outras irregularidades constatadas, será fornecido à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, expondo seus motivos, a fim de que as mesmas sejam corrigidas;

5.5. A garantia prevista para o objeto diz respeito à solução de problemas relacionados a qualquer defeito de fabricação apresentado e terá início da data de recebimento definitivo, sem ônus adicional para a contratante;

5.6. O período de garantia consiste na reparação, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, de eventuais desajustes, defeitos no funcionamento proveniente de fábrica, com as necessárias substituições de peças e componentes defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas;

5.7. No caso de erros irreparáveis e, sempre que determinado pela CONTRATADA ou pela rede oficial de atendimento do fabricante, o equipamento deverá ser substituído por um novo, nos mesmos moldes do bem licitado ou superior;

5.8. O prazo para troca técnica (substituição) de equipamento por outro novo (sem uso), em quaisquer das situações previstas neste termo, será de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da solicitação enviada pela CONTRATANTE;

5.9. O custo referente ao transporte de produto coberto pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.10. Encerrada a execução com o recebimento definitivo, permanecem vigentes as obrigações relativas à garantia dos bens.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21 art. 6º inciso XXIII alínea f)

6.1. Considerando tratar-se de entrega imediata e integral, o contrato será substituído pela nota de empenho nos termos do art. 95, incisos I e II da lei nº 14.133/21, *in verbis*:

"Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço: I –dispensa de licitação em razão de valor; II –compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor."

6.2. A substituição do contrato por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, não afasta a necessidade de designação de fiscalização conforme Decreto Municipal nº 13.509/2023.

6.3. Após a entrega imediata e integral dos bens adquiridos, não subsistirão obrigações contratuais continuadas, permanecendo vigentes apenas as obrigações legais e acessórias decorrentes da garantia, assistência técnica e responsabilidade por vícios, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Código de Defesa do Consumidor.

DA FISCALIZAÇÃO

6.4. A CONTRATANTE, através de seus fiscais designados, efetuará a gestão e a fiscalização da contratação assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA.

6.5. A fiscalização será realizada pelo Técnico Fiscal e pelo Fiscal Administrativo da contratação, que deverá observar e atuar de acordo com as diretrizes previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações pertinentes.

6.6. O Fiscal Técnico será responsável por:

6.6.1. Acompanhar a entrega e a adequação do objeto às especificações técnicas definidas no contrato;

6.6.2. Verificar a qualidade e o desempenho dos bens fornecidos;

6.6.3. Registrar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências técnicas relevantes;

6.6.4. Emitir notificações para a correção de eventuais falhas ou defeitos dos equipamentos;





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO**

6.6.5. Informar o gestor do contrato sobre quaisquer situações que requeiram decisões urgentes ou medidas além de sua competência.

6.6.6. Em caso de ausência ou impedimento do Técnico Fiscal da contratação, suas funções serão assumidas por um substituto previamente designado pela CONTRATANTE, garantindo a continuidade das atividades sem interrupções.

6.7. O Fiscal Administrativo da contratação deverá:

6.7.1. Garantir a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;

6.7.2. Acompanhar os processos de compromissos e pagamento, incluindo a verificação de garantias e realização de glosas, se necessário;

6.7.3. Agir de forma tempestiva diante de inadimplências contratuais, comunicando-se com o gestor do contrato para a tomada de ações cabíveis.

6.7.4. Na eventualidade do Fiscal Administrativo não estar disponível, um substituto devidamente atualizado será responsável por assumir temporariamente as responsabilidades, observando os procedimentos estabelecidos para não comprometer a administração da contratação.

6.8. O Gestor da contratação deverá:

6.8.1. O Gestor coordenará e consolidará as atividades de fiscalização e gestão, garantindo:

6.8.2. A atualização constante do processo de acompanhamento da contratação;

6.8.3. A elaboração de relatórios de risco, monitorando e anotando quaisquer problemas que possam interferir no fluxo normal de execução da contratação;

6.8.4. O acompanhamento dos registros realizados pelos fiscais e a comunicação à autoridade competente sobre qualquer ocorrência que exceda a sua alçada;

6.8.5. A entrega de relatórios de avaliação de desempenho da CONTRATADA, considerando os indicadores objetivamente definidos;

6.8.6. O Gestor da contratação terá um suplente indicado que assumirá as funções em casos de necessidade, mantendo o rigor e a efetividade da gestão e fiscalização contratual.

6.8.7. A condução de processos administrativos de responsabilização e aplicação de avaliações quando necessário.

6.8.8. Ao término da execução contratual, o gestor deve elaborar um relatório final, destacando a consecução dos objetivos que motivaram a contratação e investir medidas para o aprimoramento das atividades de Administração.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO**

7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 7.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento.
- 7.2. Solicitar formalmente à Contratada, mediante Ordem de Faturamento a entrega dos produtos.
- 7.3. Efetuar o recebimento provisório dos itens entregues, no ato da entrega dos mesmos, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório dos itens.
- 7.4. O recebimento provisório não implica aceitação.
- 7.5. Efetuar o recebimento definitivo dos itens entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos itens nos termos deste instrumento, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.
- 7.6. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo Fiscal, os produtos entregues em que se tenha verificado desacordo com especificações estabelecidas neste instrumento ou vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.
- 7.7. O Termo de Recusa deverá explicitar a razão da recusa dos itens, indicando ainda o prazo de substituição e as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da obrigação.
- 7.8. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;
- 7.9. Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento.
- 7.10. Qualquer notificação emitida pela CONTRATANTE deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação.
- 7.11. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
- 7.12. Realizar rigorosa conferência das características dos itens entregues, pela CONTRATADA através de Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;
- 7.13. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integre o instrumento contratual;





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO**

7.14. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

8.2. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital de licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes à entrega dos bens devendo estes estarem inclusos no valor da proposta e, ainda:

8.3. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados neste termo.

8.4. Fazer acompanhar, quando da entrega do objeto, a respectiva nota fiscal, que deve incluir referência ao processo e a nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente aquisição com seus valores correspondentes.

8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da aquisição em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

8.6. Qualquer item danificado ou avariado deverá ser substituído sem custos adicionais à CONTRATANTE.

8.7. Entregar os itens com todos os componentes e acessórios previstos pelo fabricante, acompanhados dos respectivos manuais técnicos e operacionais, redigidos em língua portuguesa.

8.8. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações.

8.9. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da vencedora da licitação ou de quem em seu nome agir.

8.10. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive fretes e tributos e quaisquer outras que forem devidas.

8.11. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

“Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

8.12. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

8.13. Os casos excepcionais serão avaliados pela CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Das infrações administrativas

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I – der causa à inexecução parcial do contrato;

II – der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – der causa à inexecução total do contrato;

IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI – praticar ato fraudulento na execução da contratação;

VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Das sanções administrativas

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, observado o disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I – **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave;

II – **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as infrações previstas nos incisos I, II, III e IV do item 9.1, sempre que não se justificar a aplicação de penalidade mais grave;

III – **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as infrações previstas nos incisos V, VI, VII e VIII do item 9.1, bem como nos incisos I a IV, quando configurada infração de maior gravidade;





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO**

IV – **Multa**, nas seguintes modalidades:

a) Multa moratória

1. Multa de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a **15% (quinze por cento)**;
2. Multa de **0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado**, até o limite máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a **extinção da contratação**, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

b) Multa compensatória

1. De **5% (cinco por cento) a 8% (oito por cento)** do valor do contrato, para as infrações previstas nos incisos V a VIII do item 9.1;
2. De **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor do contrato, nos casos de **inexecução total**;
3. De **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor do contrato, nos casos de inexecução parcial com dano relevante à Administração;
4. De **0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento)** do valor do contrato, para retardamento injustificado da execução;
5. De **1% (um por cento) a 8% (oito por cento)** do valor do contrato, para infrações de menor gravidade.

9.3. Disposições complementares

9.3.1. A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui a obrigação de reparação integral do dano, nos termos do art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.3. Antes da aplicação da multa, será assegurado ao contratado o direito à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

9.3.4. Caso o valor da multa e das indenizações supere o crédito eventualmente devido pela Administração, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

9.3.5. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da notificação.

9.3.6. A aplicação das sanções observará processo administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as circunstâncias do caso concreto;
- c) os danos causados à Administração;
- d) circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- e) a existência de programa de integridade.

9.3.8. As infrações que também configurem atos lesivos nos termos da Lei nº 12.846/2013 serão apuradas de forma conjunta, conforme art. 159 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.9. Poderá ser desconsiderada a personalidade jurídica do contratado, nos termos do art. 160 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.10. As sanções aplicadas serão registradas no CEIS e no CNEP, conforme art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.11. As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.12. Os débitos do contratado poderão ser compensados com créditos existentes junto à Administração, nos termos da IN SEGES/ME nº 26/2022.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (Lei 14.133/21 – art. 6º inciso XXIII alínea g)

Recebimento do Objeto

10.1. Recebimento Provisório: Os itens serão inicialmente recebidos de forma provisória no ato da entrega (prazo dois dias), acompanhados de nota fiscal ou documento equivalente. O responsável pela fiscalização da aquisição verificará a conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

10.2. Rejeição de Bens: Os itens em desacordo com as especificações podem ser rejeitados, total ou parcialmente, antes mesmo da coleta provisória.

10.3. Recebimento Definitivo: Definitivamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após testes de aceitação.

10.4. Prorrogação do Prazo de Recebimento: O prazo para a coleta definitiva poderá ser prorrogado por igual período, se justificado, para diligências relacionadas ao cumprimento das exigências contratuais.

10.5. Resolução de Controvérsias: Em caso de controvérsias sobre a execução, siga-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, com comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa.

10.6. Solução de Inconsistências: O período para resolução de inconsistências identificadas não conta para o prazo de recebimento definitivo

10.7. Verificação da Nota Fiscal: A nota fiscal deve conter elementos essenciais, regulamentos e padrões como dados de emissão, dados da aquisição, valor a pagar e retenções tributárias.

10.8. Correção de Erros na Documentação: Erros na nota fiscal ou situações impedindo a liquidação resultarão no adiamento até correção pelo contratado, reiniciando-se o prazo após a regularização.

10.9. Comprovação da Regularidade Fiscal: Acompanhar nota fiscal com prova de regularidade fiscal, verificável via SICAF ou outros meios oficiais.

10.10. Consulta ao SICAF: Verificar a manutenção das condições de habilitação e a ausência de impedimentos para contratação com o Poder Público.

10.11. Notificação e Regularização de Irregularidades: Em caso de irregularidades no SICAF, notificar o contratado para regularização ou defesa em 5 dias úteis, prorrogáveis por igual período.

10.12. Comunicação de Inadimplência: A não regularização resultará na comunicação aos órgãos fiscalizadores e no acionamento de meios para garantir a cobrança de créditos.

Liquidação

10.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

10.13.1. O prazo de validade;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

- 10.13.2. A data da emissão;
- 10.13.3. Os dados da contratação e do órgão contratante;
- 10.13.4. O período respectivo de execução dos serviços;
- 10.13.5. O valor a pagar;
- 10.13.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 10.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 10.16.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 10.16.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 10.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 10.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 10.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

Prazo De Pagamento





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

10.21. O pagamento deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos do Decreto Municipal nº 13.509 de 15 de março de 2023.

Forma De Pagamento

10.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pela contratada em sua proposta.

10.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.26. A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação do pagamento

10.27. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao fornecimento de serviços, conforme Art. 45 do decreto municipal nº 13.509 de 15 de março de 2023.

11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Lei 14.133/21 art. 6º inciso XXIII alínea h)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por ITEM.

Justificativa da escolha de critério de julgamento alternativo





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

11.2. A justificativa do parcelamento da solução consta no Estudo Técnico Preliminar apêndice deste termo.

Exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista.

Habilitação jurídica

11.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

11.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

11.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

11.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

11.10. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;

11.11. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

- 11.12. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 11.13. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 11.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.
- 11.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;
- 11.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 11.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;
- 11.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 11.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 11.21. Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador;
- 11.22. Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);
- 11.23. Registro Comercial, no caso de empresa individual.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

11.24. Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

11.25. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

11.26. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

11.27. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.29. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais e Municipais ou Distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

11.32. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial – (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

11.33. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

11.34. Não será necessária a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, pois entende-se que a solicitação de atestado seja para serviços contínuos, contratações de grandes obras ou com valor expressivo, conforme trata-se no Art. 67. Da Lei nº 14.133/21; o que não é o caso desta aquisição, que se trata de produtos usualmente comercializados, com itens de baixo valor e levando em conta ser uma licitação com critério de julgamento por item, podendo cada item ser ofertado por empresa diferente.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO (Lei 14.133/21- art. 6º inciso XXIII alínea i)

12.1. O custo estimado da aquisição é de R\$ 62.425,07 conforme custos unitários apostos na tabela no item 1 deste termo de referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Lei 14.133/21 inciso XXIII alínea j)

13.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Buritis.

13.2. A aquisição será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária:

02.02.01 – Chefia do Gabinete

04.122.1001.2002.0000 – Apoio as Atividades do Gabinete do Prefeito

4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

Ficha:827

14. APÊNDICES

14.1. Estudo Técnico Preliminar (ID):3.B19.186

14.2. Matriz de Gerenciamento de Riscos (ID):3.83A.FC5

15. INFORMAÇÕES GERAIS





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

15.1. Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 99991-2637, no e-mail: cpl@buritis.ro.gov.br, e/ou na sala da Superintendência Municipal de Licitação, situada na sede da Prefeitura Municipal na Rua São Lucas nº 2476, setor 06, Buritis-RO, de segunda à sexta-feira das 07h30 às 13h30.

15.2. Os licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência

16. RESPONSÁVEIS

16.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Buritis, estado de Rondônia para solucionar as questões atinentes a licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Buritis/RO, 16 de março de 2026.

Elaborado por:	Revisado por:
Leidimar Muniz Bernardes	Simone de Souza Bastos
Diretora Executiva do Gabinete	Diretora Executiva da Administração
Matrícula: 2063	Matrícula: 12034

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Aprovado por:

Adelson Ribeiro Godinho
Coordenador de Governança e Rel. Institucional
Decreto Nº 14.401/2024





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ:01.266.058/0001-44

RUA SÃO LUCAS,2476, SETOR 06, BURITIS-RO -CEP 76.880.00 - FONE:3238-2383

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SIMONE DE SOUZA BASTOS**, CPF: 893.46*. **2-*0 em **24/04/2026 09:53:50**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09A8.8V53.2508.X816.8827**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **LEIDIMAR MUNIZ BERNARDES**, CPF: 634.87*. **2-*9 em **24/04/2026 09:52:38**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09W5.8252.638Z.W18U.3128**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ADELSON RIBEIRO GODINHO - COORDENADOR DE GOVERNANÇA E REL. INSTITUCIONAL**, CPF: 351.40*. **2-*5 em **24/04/2026 09:16:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09E0.1816.0436.771V.7087**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.D0E.424** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA.**

Elaborado por **JESSICA NATALIA DE SOUZA SILVA CHAVES OLIVEIRA**, CPF: 041.45*. **1-*8 , em **24/04/2026 - 08:48:25**

Código de Autenticidade deste Documento: 0820.6X48.1251.4516.1730

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da Aquisição de Material Permanente (Mobiliário, Eletrodoméstico e Eletrônico), para atender o Gabinete do Prefeito. Esses itens são essenciais para o funcionamento adequado das instalações e das atividades institucionais da Prefeitura Municipal de Buritis em especial no novo prédio em anexo construído, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e demais documentos relacionados ao processo de contratação de acordo com os princípios que regem a Administração Pública e a Lei nº 14.133/2021.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Número do processo 196.04.01-2026
- 1.2. Categoria do Objeto: Material Permanente
- 1.3. Área requisitante: Gabinete do Prefeito
- 1.4. Origem da Demanda: Necessidade identificada pela Área Requisitante, devidamente alinhada com o Planejamento Anual de Contratações (PAC) / necessidade superveniente, conforme justificativa constante deste ETP.
- 1.5. Data da Elaboração: janeiro de 2026.

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

- 2.1. Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 15 do Decreto Municipal nº 13.509/2023, a Administração designou Equipe de Planejamento específica para a condução da presente contratação.

2.2. Compõem a Equipe de Planejamento

- Leidimar Muniz Bernardes — Cargo/Função: Diretora Executiva
- Simone de Souza Bastos — Cargo/Função: Diretora Executiva do Gabinete

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE [ETP]

- 3.1. As diretrizes aplicáveis que norteiam este Estudo Técnico Preliminar incluem, mas não se limitam a:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos): que estabelece os princípios, diretrizes e procedimentos aplicáveis às contratações públicas, assegurando planejamento, transparência, economicidade, eficiência e sustentabilidade no processo de aquisição.



- Decreto Municipal nº 13.509, de 2023: que regulamenta dispositivos da Lei nº 14.133/2021 no âmbito municipal, disciplinando aspectos procedimentais e técnicos das contratações públicas, inclusive quanto à elaboração e conteúdo obrigatório dos Estudos Técnicos Preliminares, com especial atenção aos requisitos de sustentabilidade e planejamento das contratações.

- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis é um documento da Advocacia-Geral da União (AGU) que visa orientar gestores públicos na implementação de critérios de sustentabilidade em licitações e contratos de forma a promover a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade social na aquisição, em consonância com o que dispõe o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A contratação proposta está plenamente fundamentada nos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 11, que estabelece que as contratações públicas devem observar, entre outros princípios:

- Planejamento;
- Eficiência;
- Economicidade;
- Sustentabilidade;
- Promoção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.3. O objeto da contratação é compatível com o Planejamento Anual de Contratações (PAC) da Administração Municipal, e sua tramitação segue integralmente as normas procedimentais estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 13.509/2023, que regulamenta, no âmbito local, a aplicação da Lei nº 14.133/2021, com especial atenção à elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP).

3.4. A contratação encontra-se justificada tecnicamente, com base em:

- Análise da necessidade administrativa atual;
- Levantamento de alternativas de solução

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (art. 18§ 1º inciso I)

4.1. A contratação justifica-se em razão da construção e disponibilização, no exercício de 2026, de um novo prédio público destinado à instalação do Gabinete do Prefeito, o qual demanda a adequada ambientação e estruturação física para o pleno desempenho de suas atividades institucionais.

4.2. A aquisição de mobiliário compatível com as novas instalações é necessária para assegurar condições adequadas de funcionalidade, organização e ergonomia, promovendo a otimização do espaço físico, melhores condições de trabalho aos servidores e um atendimento mais eficiente, confortável e humanizado à população.

4.3. A aquisição de televisor destina-se a atender às demandas de comunicação institucional, especialmente para a realização de reuniões por videoconferência, cada vez mais recorrentes na administração pública. O



televisor permitirá a adequada visualização de conteúdos audiovisuais, apresentações, documentos e informações compartilhadas em tempo real, contribuindo para a eficiência das reuniões e para a tomada de decisões.

4.4. A webcam possibilitará a captação de imagem com qualidade adequada, garantindo a participação ativa do Gabinete do Prefeito em reuniões com outras esferas governamentais, órgãos públicos, entidades parceiras e demais instituições, independentemente da distância geográfica.

4.5. A aquisição de cadeiras giratórias do tipo presidente e operativa plus, com braços reguláveis, tem por finalidade melhorar as condições ergonômicas e o conforto dos servidores que desempenham atividades laborais prolongadas, reduzindo riscos ocupacionais e favorecendo maior produtividade e bem-estar no ambiente de trabalho.

4.6. O uso dos equipamentos tecnológicos contribuirá para a redução de custos com deslocamentos, otimização do tempo, modernização da gestão pública e maior agilidade nos processos administrativos, fortalecendo a eficiência, a transparência e a integração institucional.

4.7. Considerando que o Gabinete do Prefeito é espaço de constante recepção de autoridades, servidores, representantes da sociedade civil, lideranças comunitárias e cidadãos, a disponibilização de móveis e eletrodomésticos adequados, inclusive para o preparo de café, mostra-se necessária para garantir um ambiente mais acolhedor, cordial e institucionalmente adequado.

4.8. Os móveis e equipamentos solicitados destinam-se a viabilizar a adequada realização de reuniões, audiências, atendimentos e demais atividades oficiais, assegurando funcionalidade, organização e conforto ao ambiente administrativo.

4.9. A contratação contribuirá para a melhoria das condições de trabalho, proporcionando um espaço adequado para permanências prolongadas e refletindo positivamente na qualidade do atendimento prestado à comunidade.

4.10. Por fim, a aquisição está alinhada às boas práticas de governança pública, promovendo a padronização dos ambientes administrativos, a modernização da gestão, a valorização do serviço público e o uso eficiente dos recursos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5. ÁREA REQUISITANTE

5.1. O Gabinete do Prefeito foi o responsável pela idealização e pela iniciativa do processo de contratação destinado à aquisição de mobiliário classificado como material permanente, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e estruturais do próprio Gabinete. Por ter sido o setor que identificou a demanda, elaborou a justificativa e coordenou as etapas iniciais do processo, o Gabinete do Prefeito atuou como unidade requisitante, conforme estabelecido na legislação pertinente. Sua responsabilidade incluiu a definição das



especificações dos itens, a elaboração do termo de referência e o acompanhamento do processo junto aos setores responsáveis pela aquisição.

5.2. A necessidade foi devidamente formalizada e encaminhada por meio de processo administrativo específico, em estrita conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Contratações de 2026 no item 49 e em observância às normas e procedimentos internos da Administração Pública.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18 § 1º inciso III)

6.1.1. Os requisitos necessários e suficientes para a escolha da solução visando à demanda a ser contratada, são os seguintes:

6.1.2. Condições de entrega:

6.1.2.1. Os bens deverão ser entregues no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da Nota de Empenho – NE/e Ordem de Faturamento. O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado mediante o cumprimento, pela Contratada, dos seguintes requisitos cumulativos:

- a) Solicitação de prorrogação protocolada dentro do prazo de entrega dos materiais/bens;
- b) Comprovação documental da ocorrência de motivo imprevisível (caso fortuito, força maior ou fato do príncipe), ocorrido depois da apresentação de sua proposta, que tenha correlação direta de causa e efeito sobre a necessidade do atraso.

6.1.2.2. Não se admitirá prorrogação se:

- a) O atraso ocorrer por culpa da contratada;
- b) Se não cumprir os requisitos desse prazo de entrega; ou
- c) Houver interesse público devidamente justificado nos autos que demonstre ser a escolha mais vantajosa para a administração.

6.1.3. Os materiais adquiridos devem atender a padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelas normas técnicas aplicáveis. Além disso, devem ser observadas eventuais exigências ambientais e de sustentabilidade.

6.1.4. Os produtos deverão ter obrigatoriamente suas principais especificações descritas, tais como: descrição completa, marca, bem como, as referências dentro das normas de controle de qualidade à que estão relacionadas, tendo como garantia do fornecedor o prazo mínimo de 12 (doze) meses. Prevalecendo garantia de fábrica dos produtos, caso seja superior.

6.1.5. Os bens devem ser entregues com as mesmas especificações contidas no Termo de Referência e proposta do fornecedor aprovada pela contratante.

6.1.6. Será obrigatória a entrega do termo de garantia do fabricante com cada item fornecido e a eventual contratada se responsabilizará pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do CDC.



6.1.7. Será de responsabilidade da contratada todos os prejuízos que possam causar ao Município, decorrente de negligências do não atendimento das solicitações no prazo estabelecido, neste caso em penalidades a serem aplicadas conforme as legislações vigentes;

6.1.8. A contratada deverá garantir a qualidade dos itens ofertados, responsabilizando-se pela substituição de itens que apresente quaisquer deficiências, defeito, avaria ou em desacordo com as especificações técnicas solicitadas.

6.1.9. Os itens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de fabricação, não sendo aceitos equipamentos descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.

6.1.10. A empresa deverá arcar com as despesas decorrentes de frete e transporte dos materiais e quaisquer outras despesas adicionais que incidam direta e indiretamente sobre a perfeita e integral execução do objeto a ser contratado, sem a inclusão posterior de qualquer custo adicional, além daqueles apresentados na proposta de preços.

Sustentabilidade

6.1.11. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – DECOR/CGU/AGU, quando da aquisição de bens, poderá ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

6.1.12. Só será admitida a oferta do equipamento que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia-ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 48, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade-RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória, quando se tratar de equipamentos eletrônicos e eletrodoméstico;

6.1.13. As tecnologias empregadas nos bens adquiridos devem promover eficiência energética, como os que possuem selo de economia de energia (Selo Procel);

6.1.14. Os equipamentos priorizados devem possuir tecnologias mais recentes que promovam a eficiência energética, como processadores de baixo consumo, visando economia e redução do impacto ambiental.

6.1.15. Os bens adquiridos devem, no todo ou em parte, ser constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

6.1.16. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



6.1.17. Os bens adquiridos devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.18. Os bens adquiridos não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), de acordo com as normas internacionais de restrição a substâncias perigosas. A ausência desses compostos é essencial para garantir que o produto não represente riscos à saúde dos profissionais que os utilizam, além de minimizar impactos ambientais nocivos.

6.2. Natureza da contratação e garantia dos bens

6.2.1. A presente contratação não possui natureza continuada, tratando-se de aquisição de bens permanentes, com entrega imediata e integral do objeto, não havendo fornecimento recorrente ou prestação de serviços continuados.

6.2.2. Em razão da entrega única e imediata dos bens, não será formalizado contrato administrativo, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo a contratação formalizada por meio de nota de empenho ou instrumento equivalente.

6.2.3. Ainda que não haja vigência contratual, subsistem as obrigações do fornecedor relativas à garantia dos bens, a qual será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, conforme previsto no edital/termo de referência e na legislação aplicável.

6.2.4. As obrigações de garantia compreendem, obrigatoriamente:

6.2.4.1. Prestação de assistência técnica autorizada durante o período de garantia.

6.2.4.2. Correção de defeitos de fabricação, vícios aparentes ou ocultos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da legislação vigente.

6.2.4.3. Responsabilidade pela durabilidade, segurança, qualidade e conformidade técnica dos bens fornecidos.

6.2.5. A ausência de contrato formal não afasta o dever do fornecedor de cumprir integralmente as obrigações legais e comerciais assumidas, permanecendo a Administração resguardada quanto à exigência de reparação, substituição ou demais providências cabíveis durante o prazo de garantia.

6.2.6. Tal procedimento está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica, bem como com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada proteção do interesse público.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18 § 1º inciso V)

7.1. Foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado, bem como uma análise das soluções adotadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública para o atendimento da necessidade identificada pelo Gabinete do Prefeito, considerando critérios de viabilidade técnica, funcionalidade, economicidade e adequação à realidade administrativa atual.

7.2. Solução 1 – Aquisição de novos bens

7.2.1. Consiste na aquisição de mobiliários e equipamentos novos, com especificações técnicas e ergonômicas atualizadas, adequadas ao novo prédio.

7.2.2. Essa alternativa assegura uniformidade estética, funcionalidade, conforto e maior durabilidade dos bens adquiridos, além de propiciar melhor aproveitamento dos espaços e condições adequadas de trabalho aos servidores.

7.2.3. Trata-se de opção plenamente compatível com a necessidade identificada, representando a solução mais completa e eficiente para a Administração.

7.3. Solução 2 – Reaproveitamento de bens existentes

7.3.1. Prevê a utilização de mobiliário e equipamentos já pertencentes ao acervo do Município.

7.3.2. Contudo, esta alternativa não é compatível com a realidade atual, uma vez que não há disponibilidade de bens em condições adequadas de uso que possam ser reaproveitados para atender às demandas do novo prédio.

7.3.3. Dessa forma, esta opção é considerada inviável tecnicamente, não atendendo aos critérios de funcionalidade e adequação.

7.4. Solução 3 – Locação de equipamentos e mobiliário

7.4.1. Consiste na contratação temporária de bens mediante pagamento mensal.

7.4.2. Embora de rápida implementação, mostra-se financeiramente desvantajosa a médio e longo prazo, uma vez que não gera patrimônio público e implica custos recorrentes com renovações contratuais.

7.4.3. Dessa forma, a locação não se apresenta como uma solução economicamente viável nem sustentável para o interesse público.

7.5. Solução 4 – Compartilhamento com outras unidades administrativas

7.5.1. Considerou-se a possibilidade de remanejamento ou reorganização de mobiliários e equipamentos entre secretarias municipais.

7.5.2. No entanto, verificou-se que nenhuma das demais unidades dispõe de mobiliários ou equipamentos excedentes disponíveis para remanejamento, considerando que todos os bens existentes estão em uso e são essenciais ao funcionamento das respectivas secretarias.

7.5.3. Assim, o compartilhamento ou realocação de itens não é viável, sob pena de comprometer as atividades administrativas já estabelecidas



7.6. Conclusão sobre a solução

7.6.1. Após análise comparativa das alternativas apresentadas, conclui-se que a aquisição de novos bens representa a solução mais vantajosa, eficiente e sustentável para a Administração Pública.

7.6.2. A decisão baseia-se na inexistência de equipamentos disponíveis para reaproveitamento ou remanejamento, bem como na necessidade de dotar o gabinete de infraestrutura compatível com as exigências funcionais, ergonômicas e estéticas.

7.6.3. A aquisição de novos bens proporciona melhor custo-benefício a longo prazo, maior durabilidade, padronização do mobiliário e valorização do patrimônio público, eliminando gastos recorrentes com manutenção e reposição.

7.6.4. Dessa forma, a solução proposta observa os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade, garantindo o uso racional dos recursos públicos e assegurando condições adequadas de trabalho e atendimento à população.

7.6.5. Para atender a demanda solicitada, foram analisadas aquisições e contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

7.6.6. Listamos abaixo alguns dos editais lançados pela Administração Pública.

ÓRGÃO/ENTIDADE	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO
TCE-RO	Pregão eletrônico nº 90008/2025	aquisição de móveis e objetos de decoração para complementar a demanda do anexo iii pós-reforma e ampliação.
Município de Buritis	Processo:765.06.01-2025 pregão eletrônico 90019/2025	aquisição de material permanente (mobiliário e eletrodoméstico)
Município de Buritis	Processo:2583.11.01-2024. Pregão eletrônico 90113/2024	objeto aquisição de equipamentos e materiais permanentes (mobiliários, eletrodomésticos e equipamentos médicos).
Município de Porto Velho	Processo:00600- 00016683/2025-13	aquisição de tv



Município de Buritis	Processo: 754.01.01-25- pregão eletrônico 97/25	futura e eventual aquisição de eletrodomésticos, escritório e mobiliário em geral.
----------------------	--	--

7.6.7 Após análise foram identificados possíveis fornecedores capazes de atender à demanda apresentada:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL
41.947.390/0001-99	Cleide Beatriz Ioris LTDA
04.352.905/0001-81	A. Pazinato Maringá
59.565.097/0001-22	R & R Distribuidora de eletroeletrônicos LTDA
46.221.464/0001-29	AC Equipamentos e Eletrodomésticos LTDA
30.996.156/0001-35	S2CH Innovatech LTDA
52.014.162/0001-82	A L X Comércio e Serviços Ltda

7.7. CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.7.1. A aquisição dos bens permanentes será realizada de forma integral e imediata, garantindo distribuição dos equipamentos aos setores demandantes, sem a necessidade de armazenamento prévio. Essa abordagem assegura que cada item seja utilizado de maneira eficiente, estando disponível exatamente quando e onde for necessário, minimizando desperdícios e otimizando os recursos institucionais.

7.7.2. A entrega integral proporciona maior controle sobre o recebimento e a alocação dos bens, eliminando logística de movimentação. Além disso, facilita o planejamento interno da unidade, promovendo uma organização mais eficiente e assegurando que os materiais adquiridos possam ser rapidamente incorporados à unidade, minimizando os impactos operacionais e eventuais atrasos.

7.7.3. A entrega integral permite ainda um melhor acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais, favorecendo a fiscalização e a garantia da qualidade dos bens adquiridos, em conformidade com as melhores práticas de governança e eficiência na Administração Pública.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18 § 1º inciso VII)

8.1. Ao considerar as alternativas para atender à necessidade, a opção mais vantajosa é a aquisição do objeto, sendo material permanente (ELETRÔNICO, ELETRODOMÉSTICO E MOBILIÁRIO) por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão sob a forma Eletrônica com critério de julgamento menor preço, visto que tal procedimento gera economicidade aos cofres Públicos a longo prazo;



8.2. O procedimento licitatório por meio de pregão eletrônico objetiva conferir à Administração maior competitividade, alcançando fornecedores de diversas partes da região, reduzindo os custos e os valores das propostas. Visto que comparado com outras modalidades de licitação, o pregão eletrônico demonstra vantagens distintas.

8.2. Especificações dos Produtos:

8.2.1 **Os eletrodomésticos:** Cada item deve atender às especificações de capacidade, eficiência energética e funcionalidades. Requisitos Técnicos Incluir informações sobre consumo de energia, dimensões e compatibilidade: com o espaço disponível. Padrão de Qualidade:

8.2.2 - **Móveis de Escritório:** Requisitos Ergonômicos, garantir que as cadeiras e mesas Móveis de Escritório e Mobiliário em Geral ofereçam conforto e suporte adequados para promover a saúde e o bem-estar dos funcionários, materiais duráveis que suportem o uso diário.

8.3. Entrega e montagem dos produtos, garantindo que todos os itens cheguem em perfeitas condições e sejam montados corretamente. Assegurar que todos os produtos adquiridos possuam garantia adequada.

8.4 Exigências Relacionadas à garantia e assistência técnica

8.4.1. Todos os Eletrodomésticos devem vir com garantia mínima de 1 ano, cobrindo defeitos de fabricação e problemas técnicos. Móveis de Escritório e Mobiliário devem ter garantia mínima de 1 ano para defeitos estruturais e problemas de fabricação.

8.4.2. A assistência técnica deve ser acessível e eficiente, com prazos de resposta rápidos para atender a qualquer necessidade. Técnicos treinados e certificados, garantindo que o serviço seja realizado com qualidade e conforme as normas do fabricante, cobrindo todos os procedimentos necessários para o reparo de eventuais falhas no produto, com o objetivo de restabelecer seu pleno funcionamento. Esses procedimentos incluem a substituição de peças, ajustes e reparos, conforme os manuais e normas técnicas especificadas pelo fabricante. Caso necessário, a empresa deverá realizar a substituição do equipamento avariado por um novo (sem uso), no prazo de até 30 (trinta) dias, do mesmo modelo e padrão especificado na proposta ou superior.

8.5. A aquisição de eletrodomésticos com alta eficiência energética pode ter um custo inicial mais elevado, mas o retorno é visto na redução das contas de energia ao longo do tempo. A análise de custo total de propriedade, mostra economia a longo prazo. Equipamentos de qualidade e eficientes tendem a ter menor custo de operação e manutenção, o que pode justificar um investimento inicial maior.

8.6. Móveis de escritório que garantam conforto e ergonomia para os funcionários, ajudando a prevenir problemas de saúde relacionados ao trabalho, como dores nas costas e problemas de postura. Isso inclui cadeiras ajustáveis, mesas com altura regulável e apoio para os pés. Móveis fabricados com materiais de alta qualidade que suportem o uso intensivo e ofereçam longevidade. O mobiliário deve ser resistente ao desgaste e fácil de limpar, considerando a alta rotatividade e uso constante em um órgão público. Garantir que os móveis



atendam às normas e regulamentações de segurança e ergonomia aplicáveis para ambientes de trabalho. Investir em móveis de qualidade pode ter um custo inicial mais alto, mas a durabilidade e a menor necessidade de substituições e reparos podem resultar em economia a longo prazo.

8.7. Os itens a serem adquiridos deverão atender aos requisitos técnicos e de qualidade que serão estabelecidos no termo de referência, que devem incluir normas da ABNT, especificações, garantia mínima, assistência técnica, entre outros.

8.8. Justifica-se que a escolha de cada tipo a solução proposta para a aquisição de eletrodomésticos, móveis de escritório e mobiliário geral, é essencial e apresenta uma análise detalhada de custo - benefício, considerando tanto o investimento inicial quanto os benefícios esperados ao longo do tempo. Isso inclui uma avaliação de eficiência, durabilidade, impacto na operação e conformidade com as normas aplicáveis. Além disso, é importante garantir que a escolha dessa aquisição atenda aos princípios de transparência e eficiência que regem as aquisições públicas.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (art. 18§1º inciso IV)

9.1. A estimativa dos quantitativos dos equipamentos foi elaborada com base em um levantamento detalhado e sistemático realizado pela equipe administrativa do Gabinete no prédio que foi recentemente construído, especificadamente ao local destinado ao gabinete, considerando-se a estrutura física disponível, os espaços funcionais e a previsão de uso diário de cada ambiente.

9.2. As demandas foram identificadas a partir da análise das rotinas de atendimento e do desenvolvimento das atividades realizadas pelo prefeito, as quais incluem reuniões presenciais e por videoconferência, recepção de autoridades e cidadãos, além do trabalho contínuo da equipe de apoio. Nesse contexto, buscou-se não apenas suprir as necessidades operacionais, mas também garantir um ambiente de trabalho eficiente, confortável e saudável, com atenção especial aos princípios da ergonomia.

9.3. A aplicação da ergonomia na escolha e disposição dos equipamentos visa promover o bem-estar dos usuários, prevenir o surgimento de doenças ocupacionais e aumentar a produtividade. Foram considerados critérios como a adequação do mobiliário às características físicas dos usuários, a iluminação adequada dos ambientes, a acústica apropriada para videoconferências e reuniões, e a disposição estratégica dos equipamentos para facilitar o fluxo de trabalho.


9.4. Dessa forma, a aquisição e o dimensionamento dos equipamentos propostos refletem uma abordagem funcional, técnica e humanizada, alinhada com as boas práticas de gestão pública e com o objetivo de oferecer um ambiente acolhedor tanto para os servidores quanto para o público atendido.

9.5. Tabela de Estimativa de materiais permanentes.



ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CATMAT	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	TELEVISOR SMART TV 65 POLEGADAS 65 polegadas, medido diagonalmente. Resolução da Tela: Ultra HD (4K) com no mínimo 3840 x 2160 pixels. Processador: Integrado, compatível com reprodução de conteúdo em 4K, com capacidade de processamento para aplicativos de streaming e navegação. Conexão Wi-Fi integrada Conexão Bluetooth integrada (versão 4.0 ou superior); Entradas e Saídas (mínimo):3 portas HDMI; 1 (uma) porta USB; Áudio e Vídeo:Alto-falantes integrados com potência mínima de 10W RMS Controle Remoto: Incluso, com alimentação por pilhas ou bateria. Eficiência Energética: Classificação "A" segundo Inmetro ou órgão equivalente. Alimentação elétrica: Tensão compatível com 110V ~ 127V ou bivolt automático. Garantia: Mínima de 12 (doze) meses. Idioma do Sistema Operacional: Deve permitir seleção em português (Brasil).	Unidade	480903 (Genérico)	02	5397,90	10.795,80
02	FRIGOBAR —com as seguintes especificações mínimas: moderno e compacto, na cor branca, 110V, consumo de energia elétrica A, potência média mínima de 64W, capacidade mínima de 117L.Espaço de armazenamento interno com prateleiras e porta latas modulares, bandeja de degelo aproveitável, gaveta porta frutas/verduras/legumes, sistema de controle de temperatura por botão de ajuste (alta,média e baixa). Medidas mínimas: 86cm x 48 x51 (A x L x P). Garantia de no mínimo 12 (doze) meses pelo fornecedor.	Unidade	431266 (Genérico)	02	1469,00	2.938,00




						
03	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE ESPECIFICAÇÕES: estrutura reforçada que proporciona maior durabilidade e resistência, base giratória em metal cromado, assento e encosto revestido em couro de alta qualidade na cor preta (com costura reforçada).Confeccionada em espuma laminada de alta densidade com revestimento de alta qualidade na cor preta (com costura reforço no assento e encosto). Pistão a gás, para regulagem de altura do assento, altura e inclinação do encosto, Encosto com corte ergonômico cervical que possibilite inclinar o assento junto com o encosto. Assento anatômico para carga de até no mínimo 120 kg, com 05 rodízios em Pp - Pés com 5 rodízios ,roldanas em aço inox.Rodízios: Móveis, de duplo giro, confeccionados em nylon ou poliuretano, adequados a pisos frios ou revestidos- assento e encosto (modelo presidente) laminada em espuma injetada, molas ensacadas e pistão a gás. Medidas aproximadas - Encosto: Largura: 50cm, Altura: 69cm, Altura máxima/mínima até o chão: 120cm/110cm. Assento: Profundidade: 50cm, Largura: 53cm, Altura máxima/mínima até o chão: 60cm/53cm. Braços Comprimento: 51cm, Largura: 7cm, Altura máxima/ mínima até o chão: 79cm/71cm. Base Estrela com 70cm de diâmetro. Garantia de no mínimo 12 (doze) meses pelo fornecedor.Entrega e montagem na cidade de Buritis.	Unidade	381472 (generico)	04	2642,87	5.285,74



						
04	POLTRONA DECORATIVA CALIFORNIA, Tecido: Veludo/Suede Estrutura: Madeira de reflorestamento com persinta elástica Densidade da Espuma: Assento em espuma densidade D-33. Fibra siliconada Grampo em aço galvanizado; Pés em base giratória de madeira Peso suportado no mínimo de 130 kg sem impacto Tipo de Pés: Base em madeira maciça 30mm Medidas Mínimas: • Altura total: 80cm • Largura total: 95 cm • Profundidade total: 85cm Garantia 12 meses Entrega e montagem na cidade de Buritis-RO	Unidade	10981 (generico(04	879,90	3519,60



						
05	<p>POLTRONA DECORATIVA STELLA com base giratória cromada tecido corano na cor preta</p> <p>ESPECIFICAÇÕES:</p> <p>Dimensões da Poltrona mínimas Altura total:81 cm Largura total:69 cm Profundidade total:60 cm Altura do encosto:40 cm Largura do assento:45 cm Profundidade do assento:45 cm Altura do chão ao assento:45 cm Espessura do assento:15 cm Tamanho dos pés:30 cm Altura do chão ao braço:70 cm Altura interna do braço:28 cm Espessura do braço:7 cm Peso:20 kg Especificações do Produto Estrutura:Madeira Eucalipto Espuma:D-23 Tecido:Corano Cor:Preto Tipo de pés:Base Giratória Cromada Peso mínimo suportado de 120 Kg Garantia de 12 meses Entrega e montagem na cidade de Buritis-RO</p>	Unidade	10981 (generico)	04	870,90	3.483,60




						
06	<p>MAQUINA DE CAFÉ Especificações: -4 opções de bebidas; -2 reservatórios de insumos solúveis; -Tanque interno de água de 3l; -Botão de água quente independente; -Potência:1500w; -Voltagem:220V; -Peso:13,8 KG. -Capacidade de Insumos: Café Liofilizado: 250g; Chás/ Açúcar: 1Kg; Leite: 500g; Chocolate: 800g; -Água Quente Individual: Sim; -Abastecimento de Água: Autônoma (Tanque 3L); -Garantia: 12 meses</p> 	Unidade	622250 (Genérico)	01	R\$10.470,00	R\$10470,00




07	WEBCAM FULL HD para realização de stream (transmissões on-line) plug and play, recomendada para dispositivo Desktop PC e Notebook. Resolução de vídeo 1080p ou superior, resolução de imagem de câmera mínima de 3mpx, microfone incluso, interface USB-A 2.0 ou superior, funções de auto foco, microfone com cancelamento de ruído, correção de luz, luz indicadora de funcionamento adequado para vídeo conferências, que suporte sistema operacionais Chrome, OS, Windows 8 ou superior, macOS 10.10 ou superior, Tipo de lente de vidro, Zoom mínimo de 1.2x, com acessórios incluídos tripé e guia do usuário. Com garantia mínima de 12 meses	Unidade	14650 (generico)	02	150,48	300,96
08	MESA DE CENTRO Especificações: Cor:madeira Tampo de mesa em MDF com suporte de até 15 kg espessura ,cor nogal. Com 2 nichos com suporte de até 5kg cada Medidas mínimas: Mesa Maior Altura: 40 cm Largura:95 cm Profundidade:59cm Garantia :12 meses Entrega e montagem em Buritis- RO	Unidade	633300 (generico)	01	460,70	460,70




09	POLTRONA DECORATIVA DE CORINO PRETO E BRAÇOS DE ALUMÍNIO Poltrona de corino preto Especificações Medidas Mínimas : Altura:80cm Largura:80cm Profundidade:70cm Medidas do Assento Profundidade:45 cm Comprimento:50 cm Medidas do Encosto Profundidade:48cm Comprimento:50cm Material Estrutura: Eucalipto Braços:Alumínio/inox Espuma de Assento:D-28 Peso Suportado:Mínimo de 150kg Garantia:12 meses Entrega e montagem na cidade de Buritis-RO 	Unidade	10981 (generico)	09	748,51	6.x736,59
10	CADEIRA EXECUTIVA PARA ESCRITORIO Especificações mínimas: Cadeira giratória de escritório com regulagem de altura através de pistão a gás. Assento: Estofado, confeccionado em tecido ou courino de alta resistência, com espuma injetada ou de densidade mínima D-33, bordas arredondadas e acabamento sem rebarbas; Costuras reforçadas. Encosto: Em tela (mesh) respirável ou material equivalente, com leve curvatura anatômica e apoio lombar fixo integrado à estrutura do encosto; Braços: Fixos, confeccionados em material resistente (polipropileno, nylon ou equivalente), com design anatômico;	Unidade	607778 (generico)	13	799,00	10.387,00



<p>Base: Giratória em material aço inox,com no minimo de 5 hastes. Pés com 5 rodízios ,roldanas em aço inox.Rodízios: Móveis, de duplo giro, confeccionados em nylon ou poliuretano, adequados a pisos frios ou revestidos; Sistema de elevação: Pistão em aço inox, a gás, com acionamento por alavanca, permitindo regulagem de altura; Capacidade de carga: Peso mínimo suportado de 120 kg; MEDIDAS MÍNIMAS DA CADEIRA: Profundidade total: 51 cm Profundidade assento: 41 cm Largura total: 66 cm Largura do assento: 49 cm Altura máxima até o chão: 91 cm Altura mínima até o chão: 84 cm Altura do assento ao chão: mínima 40,50 cm e máxima 46 cm</p> 					
--	--	--	--	--	--



11	<p>MESA DE REUNIÃO COM 12 LUGARES</p> <p>Especificações: Material: Fibra de Média Densidade MDF com espessura de 15mm nas caixarias, frentes e tamponamentos e 6mm nos fundos; Cor das frentes, painéis e tamponamentos: Cor nogal e preto. Pés (material MDF) com sapatas niveladoras niquelada injetadas com parafuso de aço Eletrificação: 02 (duas) Caixa com tomada de alumínio pintada com tomada elétrica e tampa de acesso embutidas, localizadas no centro do tampo, próximas as cabeceiras da mesa. Bandeja para fiação metálica para passagem de cabos. Ferragens: Dobradiças com amortecimento Puxador: Cava no MDF</p> <p>Mesa de reunião medindo com medidas mínimas: 3,6 x 1,5 x 0,78 m (C x L x A) Com 02 módulos com 02 portas com as medidas mínimas: medindo 0,7 x 0,5 x 0,72 m (C x L x A)</p> 	Unidade	346525 (genérico)	01	22.000,00	22.000,00
----	---	---------	----------------------	----	-----------	-----------





10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art.18§ 1º inciso VI)

10.1 O preço de referência foi obtido com base em pesquisa prévia de preços, conforme demonstrado no Anexo I deste ETP. A pesquisa apresenta valores unitários compatíveis com as especificações técnicas adotadas no processo.

10.2. O valor indicado tem caráter meramente estimativo, servindo exclusivamente para subsidiar a abertura do processo. Caberá ao setor responsável pela cotação de preços realizar pesquisa complementar, considerando contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, bem como consultas em plataformas oficiais de compras governamentais, de modo a apurar o valor médio de mercado a ser inserido no Termo de Referência.

10.3. O valor estimado da contratação, com base na média dos preços obtidos, é de **R\$ 74.245,18**

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VIII)

11.1. Após a análise do objeto da contratação, verificou-se contempla mobiliários, eletrodomésticos e equipamentos eletroeletrônicos, categorias que, embora componham o mesmo processo, possuem características, especificações técnicas e mercados fornecedores distintos.

11.2. Dessa forma, para adjudicação do Pregão Eletrônico será considerado o critério tendo em vista MENOR PREÇO POR ITEM que o objeto dessa aquisição é divisível e não haverá prejuízo para a solução nem perda de economia de escala, a aquisição por item visa também proporcionar a ampla participação de licitantes, que embora não venda todos os produtos dessa aquisição. Justifica - se o critério de julgamento, por ser uma forma menor preço por item objetiva de selecionar o fornecedor que oferecer o melhor custo benefício para a Administração Pública pelo item, bem como pela ampla competitividade.

11.3. Assim, o modelo adotado atende aos princípios da economicidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme dispõe o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, inciso XI,)

12.1. Considerando que a máquina de café somente poderá operar de forma adequada mediante o fornecimento contínuo de insumos específicos, faz-se necessária, de forma paralela, a contratação para aquisição desses insumos, bem como de outros materiais que se mostrarem indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (art. 18 § 1º inciso II)

13.1. A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento do órgão, estando prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, no Item 49, que contempla a aquisição de mobiliário e eletrodomésticos para o Gabinete do Prefeito. Dessa forma, resta demonstrada a compatibilidade da contratação



com o planejamento anual da Administração, em observância aos princípios do planejamento, eficiência e economicidade.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX)

14.1. A contratação visa à aquisição de mobiliário destinado à ambientação e estruturação do novo prédio público onde funcionará o Gabinete do Prefeito, sendo indispensável para assegurar condições adequadas de funcionalidade, organização, conforto e segurança, garantindo a eficiência administrativa e a adequada prestação dos serviços públicos.

14.2. Como resultados esperados, destacam-se a melhoria das condições de trabalho dos servidores, a adequação ergonômica dos ambientes, a organização e funcionalidade do espaço físico, bem como o pleno funcionamento do novo prédio público, compatível com as atribuições institucionais do Gabinete do Prefeito.

14.3. A contratação observa os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, mediante a priorização de critérios de sustentabilidade ambiental, o incentivo à participação de microempresas e empresas de pequeno porte e a aquisição de bens permanentes com maior durabilidade, reduzindo impactos ambientais e custos futuros.

14.4. Dessa forma, a contratação atende à necessidade da Administração e contribui para a racionalização do gasto público, a eficiência administrativa e a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento econômico local.

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18 § 1º inciso X)

15.1. Resumidamente, a providência a ser tomada é a contratação de empresa especializada apta a realizar a entrega dos materiais com qualidade, eficiência e eficácia. Para tal, será realizado a gestão de riscos, a elaboração do Termo de Referência (TR) para nortear a licitação, a elaboração do edital, o processamento da licitação e, em seguida, a contratação da empresa vencedora.

15.2. Para fins de controle e fiscalização, a Administração designará fiscal e gestor da contratação, independentemente da forma de formalização do ajuste, limitada a atuação ao acompanhamento da entrega, ao recebimento definitivo dos bens e ao encerramento da contratação.

15.5. Após o recebimento definitivo dos materiais permanentes, serão adotadas as seguintes providências para garantir a correta gestão, uso e conservação dos bens:

15.6. Cadastro e Registro Patrimonial. Os equipamentos serão cadastrados imediatamente no sistema de controle patrimonial da Administração, com a geração do número de identificação patrimonial, conforme normativas vigentes.



15.7 Formalização do Termo de Responsabilidade. Será emitido e formalizado o Termo de Responsabilidade, atribuindo ao servidor designado a guarda, uso e conservação dos bens, em conformidade com a legislação municipal aplicável à gestão de bens permanentes.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII)

16.1 Com a aquisição dos materiais podem surgir alguns impactos ambientais, como por exemplo:

16.1.1 Impactos Ambientais:

16.1.2 Consumo de Recursos Naturais: Extração de Materiais; A produção de eletrodomésticos, equipamentos de escritório e mobiliário envolve a extração de matérias-primas, como madeira, metais e plásticos, o que pode levar ao esgotamento de recursos naturais e impactos negativos sobre ecossistemas. Consumo de Energia: A fabricação e o transporte desses itens consomem grandes quantidades de energia, o que contribui para o aumento das emissões de gases de efeito estufa.

16.1.3 Geração de Resíduos: Descarte de Equipamentos Antigos: a substituição de equipamentos e mobiliário antigos pode gerar resíduos que, se não forem descartados corretamente, podem poluir o meio ambiente e contribuir para o aumento dos resíduos sólidos. Embalagens: a embalagem de novos produtos pode gerar resíduos adicionais, como plásticos e papéis, que precisam ser geridos adequadamente.

16.1.4 Poluição Durante o Ciclo de Vida: Emissões de Poluentes: A fabricação e o transporte de eletrodomésticos e móveis podem liberar poluentes no ar e na água, impactando a qualidade ambiental. Desgaste e Funcionamento: Alguns equipamentos, especialmente os eletrônicos, podem gerar resíduos tóxicos durante seu funcionamento e eventual descarte.

16.2 Medidas de Mitigação:

16.2.1 Escolha de Produtos Sustentáveis: Certificações Ambientais; Priorizar produtos com certificações ambientais, como o selo FSC para madeira ou o selo Energy Star para equipamentos eletrônicos, garante que os produtos foram fabricados de maneira sustentável e eficiente.

16.2.2 Materiais Reciclados e Recicláveis; Optar por produtos fabricados com materiais reciclados e que possam ser reciclados no final de sua vida útil reduz a demanda por recursos naturais e a quantidade de resíduos gerados.

16.2.3 Eficiência Energética: Equipamentos de Baixo Consumo; Adquirir eletrodomésticos e equipamentos que possuem alta eficiência energética reduz o consumo de energia e, conseqüentemente, as emissões associadas. Políticas de Economia de Energia; Implementar políticas internas que incentivem a economia de energia, como a utilização de modos de economia em equipamentos e a manutenção regular para garantir seu funcionamento eficiente.

16.2.4 Gestão Adequada de Resíduos: Descarte Responsável de Equipamentos Antigos; Implementar um plano de descarte e reciclagem para equipamentos e mobiliário antigos, como parcerias com empresas especializadas em reciclagem de eletrônicos e móveis. Redução de Resíduos de Embalagem; Optar por produtos com



embalagens reduzidas ou recicláveis e garantir que as embalagens sejam recicladas de acordo com as normas locais.

16.2.5 Transporte e Logística: Transporte Sustentável; Sempre que possível, escolher opções de transporte que minimizem o impacto ambiental, como a utilização de transporte com menor emissão de carbono ou transporte consolidado para reduzir viagens. Planejamento de Logística; Planejar a logística de aquisição e entrega para otimizar as rotas e reduzir o impacto ambiental associado ao transporte.

16.3 Embora a aquisição de eletrodomésticos, equipamentos de escritório e mobiliário possa ter impactos ambientais, é possível minimizar esses impactos por meio da escolha de produtos sustentáveis, práticas de gestão adequada de resíduos e eficiência energética. A implementação dessas medidas não apenas contribui para a proteção do meio ambiente, mas também demonstra o compromisso da administração do município, com a responsabilidade ambiental e a sustentabilidade.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (art. 18 § 1º inciso XIII).

17.1. A Equipe de Planejamento, em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 13.509/2023, realizou análise técnica e de mercado com vistas a identificar a solução mais vantajosa para suprir a demanda institucional do Gabinete do Prefeito no que tange a equipar as novas instalações do gabinete do prefeito. A qual demonstra plena viabilidade técnica, operacional e econômica, conforme detalhado a seguir:

17.2. A aquisição de mobiliário, eletrodomésticos e eletroeletrônicos é tecnicamente, economicamente e operacionalmente viável, pois os itens foram especificados conforme as necessidades funcionais do setor, atendendo aos padrões de ergonomia, eficiência e durabilidade. Os produtos possuem ampla disponibilidade no mercado, garantia e assistência técnica nacional, garantindo uso imediato e manutenção simples. A escolha prioriza o melhor custo-benefício, com foco em eficiência energética e sustentabilidade, assegurando racionalidade na aplicação dos recursos públicos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Elaborado por :

Leidimar Muniz Bernardes- matr. 2063

Simone de Souza Bastos – matr. 12034

Autorizado por :

Adelson Ribeiro Godinho

Coordenador de Governança e Rel. Institucional





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ:01.266.058/0001-44

RUA SÃO LUCAS,2476, SETOR 06, BURITIS-RO -CEP 76.880.00 - FONE:3238-2383

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SIMONE DE SOUZA BASTOS**, CPF: 893.46*. **2-*0 em **24/04/2026 09:53:50**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0928.4A53.650A.285W.8424**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **LEIDIMAR MUNIZ BERNARDES**, CPF: 634.87*. **2-*9 em **24/04/2026 09:52:38**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09H3.4K52.538R.803U.5477**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ADELSON RIBEIRO GODINHO - COORDENADOR DE GOVERNANÇA E REL. INSTITUCIONAL**, CPF: 351.40*. **2-*5 em **24/04/2026 09:16:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09X7.3716.3436.V61V.0622**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.D0E.25A** - Tipo de Documento: **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**.

Elaborado por **JESSICA NATALIA DE SOUZA SILVA CHAVES OLIVEIRA**, CPF: 041.45*. **1-*8 , em **24/04/2026 - 08:46:16**

Código de Autenticidade deste Documento: 0825.6V46.016R.7537.4545

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>





THIAGO ALVES DE SOUSA -
SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E

Assinaturas do Documento

CONTRATAÇÕES



Documento Assinado Eletronicamente por **THIAGO ALVES DE SOUSA - SUPERINTENDENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**, CPF: 010.76*.**2-9 em **27/04/2026 08:54:47**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 08U7.5E54.3473.8182.4533, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **TAYNARA VIEIRA BORDINHAO**, CPF: 045.94*.**2-2 em **27/04/2026 08:52:20**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 0863.3W52.7208.4078.8181, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **3.D24.EAA** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **TAYNARA VIEIRA BORDINHAO**, CPF: 045.94*.**2-2, em **27/04/2026 - 08:52:20**

Código de Autenticidade deste Documento: 08V8.2Z52.720H.E377.1166

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

